



ACÓRDÃO Nº 349/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1920/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsáveis:** Almir David Barbosa, Hiltomar Jaime Regis, Herbert Campos de Araújo – Ordenadores de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6775/2016, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.2491/2511).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM. Exercício de 2011.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Almir David Barbosa, Comandante-Geral, do Coronel Hiltomar Jaime Régis, Ordenador de Despesas do período de 01.01.2011 a 01.04.2011, e do Coronel Herbert Campos de Araújo, Ordenador de Despesas do período de 01.04.2011 a 31.12.2011, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96 responsável pela Polícia Militar do Estado do Amazonas, no curso do exercício de 2011, com determinações;
- 9.2. **Determinar** à Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:
 - 9.2.1. Mantenha a contabilidade, com todas as informações necessárias, de forma tempestiva e íntegra, a fim de atender ao Princípio Contábil da Oportunidade, bem como



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 349/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

mantenha a contabilidade do Órgão sob a responsabilidade de profissional devidamente capacitado a fim de evitar os equívocos e incorreções contábeis detectados nos autos;

9.2.2. Cumpra o que dispõe os §§1º e 2º do art. 65 e 57, I e II da Lei Federal nº 8.666/93, tanto nos acréscimos quanto na manutenção dos seus contratos;

9.2.3. Providencie com antecedência os certames licitatórios no intuito de evitar os Procedimentos de Dispensas de Licitações e a efetivação de despesas emergências e de características diretas, observando o disposto no art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;

9.2.4. Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral